



CABANGA IATE CLUBE DE PERNAMBUCO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COM O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 – Sala 1504 – Cerqueira César – São Paulo/SP
CEP: 01.310-200
Fone: (81) 9.9984.5801
phf@phfauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores do
Cabanga Iate Clube de Pernambuco
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Cabanga Iate Clube de Pernambuco** ("Cabanga"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Cabanga Iate Clube de Pernambuco** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Cabanga é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 27 de março de 2026.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Júnior

CRC-PE - 011620/0

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.2 e 4	2.072	6.128
Contas a receber de associados	5	1.991	1.779
Adiantamentos a funcionários	6	37	8
Adiantamentos a fornecedores	-	102	632
Despesas antecipadas	-	7	-
		4.209	8.547
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	-	220	218
Imobilizado	3.3 e 7	67.122	64.770
Intangível	-	16	16
		67.358	65.004
Total do Ativo		71.567	73.551
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
CIRCULANTE			
Fornecedores	3.4	1.211	775
Obrigação por imóvel em fase de aquisição	7	-	4.407
Obrigações sociais e trabalhistas	8	141	141
Obrigações tributárias	9	175	130
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	10	538	468
		2.065	5.921
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	3.5 e 11	471	342
		471	342
PATRIMONIO SOCIAL	12		
Fundo patrimonial		111	111
Ajuste de avaliação patrimonial		20.284	20.778
Superávit acumulado		48.636	46.399
		69.031	67.288
Total do Passivo e Patrimônio Social		71.567	73.551

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita das atividades	3.1 e 13	<u>29.291</u>	<u>27.288</u>
Despesas operacionais	3.1		
Pessoal		(6.211)	(5.455)
Serviços prestados		(6.374)	(4.277)
Gerais e administrativas	14	(6.482)	(3.477)
Eventos		(6.203)	(2.719)
Tributárias (IPTU e outras)		(598)	(321)
Depreciação		(1.531)	(1.513)
Baixa por perdas de créditos		-	(94)
Provisão para contingências (líquidas)	11	(169)	(311)
		<u>(27.568)</u>	<u>(18.167)</u>
		<u>1.723</u>	<u>9.121</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas		702	351
Despesas		(682)	(635)
		<u>20</u>	<u>(284)</u>
Superávit do exercício		<u>1.743</u>	<u>8.837</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de Reais)

	<u>Fundo Patrimonial</u>	<u>Reserva de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	111	21.272	37.068	58.451
Realização de reserva	-	(494)	494	-
Superávit do exercício	-	-	8.837	8.837
Saldos em 31 de dezembro de 2024	111	20.778	46.399	67.288
Realização de reserva	-	(494)	494	-
Superávit do exercício	-	-	1.743	1.743
Saldos em 31 de dezembro de 2025	111	20.284	48.636	69.031

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	1.743	8.837
Ajustes para conciliar superávit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação/amortização	<u>1.531</u>	<u>1.513</u>
	<u>3.274</u>	<u>10.350</u>
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber de associados	(212)	(119)
Adiantamentos a funcionários	(29)	32
Adiantamentos a fornecedores	530	(567)
Despesas antecipadas	(7)	16
Outros créditos	-	94
Depósitos judiciais	(2)	(6)
	<u>280</u>	<u>(550)</u>
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	436	(608)
Obrigação por imóvel em fase de aquisição	(4.407)	4.407
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(39)
Obrigações tributárias	45	(57)
Adiantamentos de mensalidades	-	(81)
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	70	
Provisão para contingências	<u>129</u>	<u>311</u>
	<u>(3.727)</u>	<u>4.008</u>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	<u>(173)</u>	<u>13.808</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Em ativos imobilizados	(3.883)	(8.616)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	<u>(4.056)</u>	<u>5.192</u>
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.128	936
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>2.072</u>	<u>6.128</u>
Variação líquida no caixa	<u>(4.056)</u>	<u>5.192</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais

O Cabanga Iate Clube de Pernambuco ("Cabanga" ou "Entidade") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, fundada em 2 de abril de 1947. São objetivos do Cabanga promover, divulgar e incentivar a prática dos desportos náuticos em geral, em especial o iatismo, a motonáutica, a pesca e a caça submarina, o esqui aquático e outros esportes de cunho estritamente amadorista, bem como atividades sócios recreativas.

Em 31.12.2025, o Clube mantém 1.189 sócios (1.106 em 31.12.2024) e 3.895 dependentes (3.703 em 31.12.2024).

Em 13.11.2025 foi realizada eleição para renovação de 50% dos membros Efetivos e Suplentes do Conselho Deliberativo.

Em 17.11.2025 ocorreu a posse do Conselho, tendo sido eleitos os Srs. Altair Bezerra da Silva Junior para Presidente e Halim Nagem Neto para Vice Presidente - Biênio 2026 e 2027 que, por sua vez, elegeu os Srs. Paulo Perez Machado como Comodoro e Luis Otavio Mignot Pereira das Costa como Vice Comodoro - Biênio 2026 e 2027.

Reforma Tributária

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis, não há impactos da reforma tributária nas informações da Entidade. Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas - CPC PME (R1), cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Cabanga no processo de aplicação das políticas contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas na sequência. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 - Apuração do superávit

A receita compreende as mensalidades patrimoniais pela utilização das dependências do clube e são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de venda de títulos patrimoniais, receitas de prestação de serviços esportivos, receitas de locação de dependências, receitas decorrentes de eventos náuticos, receitas de iatismo e patrocínio de eventos são reconhecidas pelo regime de caixa.

As despesas operacionais compreendem, basicamente, as despesas com pessoal e despesas administrativas em geral, registradas pelo regime de competência.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 - Imobilizado

Em 2017, o Cabanga Iate Clube de Pernambuco utilizou laudo de avaliação de bens móveis e imóveis, elaborado por empresa especializada, com a finalidade de determinar o valor justo e a vida útil para fins de depreciação dos bens componentes do ativo imobilizado, em observância aos Pronunciamentos Contábeis CPC 01(R1) – Valor Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e CPC 27 – Ativo Imobilizado, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas (NBCT). Ver Nota Explicativa 8.

A avaliação refletiu Ajustes da Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social. Ver Nota Explicativa 13.

3.4 - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

3.5 - Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação,

3.6 – Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro do Clube estão sendo acompanhados e até o momento não foram identificadas possibilidades de ocorrências de impactos significativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
• Caixa	-	2
• Bancos contas de livre movimentação	-	1
• Aplicações financeiras	2.072	6.125
	2.072	6.128

As aplicações financeiras estão indexadas pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente.

5. Contas a receber de associados

Saldo relativo às parcelas a receber de mensalidades de sócios, cujos registros da receita são realizados atendendo ao princípio da competência. O saldo pode ser assim demonstrado:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo de cobrança do mês de Dezembro com vencimento subsequente	1.870	1.671
Saldo de inadimplências	121	108
	1.991	1.779

A Administração entende não haver necessidade de constituição de eventual provisão para perdas esperadas visto que, de acordo com o Estatuto (artigo 37), os sócios não podem incorrer em atrasos de mensalidades por mais de 6 (seis) meses sob pena de cancelamento.

6. Adiantamentos a funcionários

	31.12.2025	31.12.2024
• Adiantamentos de salários	16	1
• Adiantamentos de férias	21	5
• Empréstimos	-	2
	37	8

7. Imobilizado

	31.12.2025			31.12.2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	29.400	-	29.400	22.900
Terrenos em fase de aquisição	-	-	-	6.400
Imóveis	15.750 (	2.520)	13.230	13.230
Edificações - Benfeitorias em imóveis	21.934 (	3.470)	18.464	16.516
Computadores e periféricos	154 (	99)	55	70
Equipam. eletrônicos de processamento	134 (	38)	96	108
Ferramentas	50 (	17)	33	34
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.271 (	1.057)	2.214	2.237
Instalações	52 (	35)	17	22
Móveis e utensílios	3.736 (	1.774)	1.962	2.114
Veículos	2.511 (	860)	1.651	1.139
	76.992 (	9.870)	67.122	64.770

Terreno em aquisição. Imóvel contíguo ao terreno do Clube. O investimento importou R\$ 6.400 pagáveis 30% no exercício 2024 (R\$ 1.993) e o saldo restante em 2025 (R\$ 4.407), no ato da outorga da escritura pública de compra e venda.

Segregação dos saldos referentes à Sede e Sub Sede:

	31.12.2025			31.12.2024
	Sede Pina Recife-PE	Sub Sede M. Farinha Paulista-PE	Total	
Terrenos	24.500	4.900	29.400	22.900
Terrenos em fase de aquisição	-	-	-	6.400
Imóveis	10.000	5.750	15.750	15.750
Benfeitorias em imóveis	20.636	1.298	21.934	19.217
Computadores e periféricos	144	10	154	150
Equipamentos eletrônicos	131	3	134	133
Ferramentas	35	15	50	50
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.116	155	3.271	2.996
Instalações	52	-	52	52
Móveis e utensílios	3.442	294	3.736	3.633
Veículos	2.084	427	2.511	1.828
	64.140	12.852	76.992	73.109
(-) Depreciação acumulada	(8.139)	(1.731)	(9.870)	(8.339)
	56.001	11.121	67.122	64.770

Movimentação contábil:	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Tranfer.	Saldo em 31.12.2025
Terrenos	22.900	100	-	6.400	29.400
Terrenos em fase de aquisição	6.400	-	-	(6.400)	-
Imóveis	15.750	-	-	-	15.750
Benfeitorias em imóveis	19.217	2.717	-	-	21.934
Computadores e periféricos	150	4	-	-	154
Equipamentos eletrônicos	133	1	-	-	134
Ferramentas	50	-	-	-	50
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.996	275	-	-	3.271
Instalações	52	-	-	-	52
Móveis e utensílios	3.633	103	-	-	3.736
Veículos	1.828	683	-	-	2.511
	73.109	3.883	-	-	76.992
(-) Depreciação acumulada	(8.339)	(1.531)	-	-	(9.870)
	64.770	2.352	-	-	67.122

Movimentação contábil referente à Sede e Sub Sede:

	31.12.2024	Adições	Baixas	31.12.2025
Sede - Bairro do Pina - Recife-PE:				
Custo	60.259	3.883	-	64.142
(-) Depreciação acumulada	(6.720)	(1.419)	-	(8.139)
	53.539	2.464	-	56.003
Sub Sede - M. Farinha - Paulista-PE				
Custo	12.850	-	-	12.850
(-) Depreciação acumulada	(1.619)	(112)	-	(1.731)
	11.231	(112)	-	11.119
	64.770	2.352	-	67.122

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	31.12.2025	31.12.2024
• Salários	11	24
• Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	91	86
• Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	31	27
• PIS	3	3
• Outros	5	1
	141	141

9. Obrigações tributárias

	31.12.2025	31.12.2024
• Imposto sobre Serviços – ISS	44	39
• Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Retenção	25	16
• Imposto de Renda retido na Fonte – IRRF	82	67
• PIS/COFINS/CSLL (retenções em serviços)	24	8
	175	130

10. Provisões para férias e respectivos encargos sociais

	31.12.2025	31.12.2024
• Férias	400	345
• INSS sobre férias	102	92
• FGTS sobre férias	32	27
• PIS sobre férias	4	4
	538	468

11. Provisão para contingências

Com base em parecer dos assessores jurídicos foi constituída provisão para os processos classificados na condição de perda provável, com o objetivo de evidenciar o suporte aos riscos de eventuais decisões desfavoráveis em causas de natureza trabalhista e cível.

	31.12.2025	31.12.2024
• Trabalhistas (subsidiariamente a terceiros)	456	306
• Cíveis	15	36
	471	342

Contingências possíveis. A Empresa é parte integrante em ações cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como “possível”, não sendo necessária a constituição de provisão.

	31.12.2025	31.12.2024
• Cíveis	65	11
• Ambientais	204	204
• Tributárias	37	37
	306	252

12. Patrimônio social

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Saldo decorrente de avaliação a Valor Justo ou de Mercado para os bens do ativo imobilizado contabilizada em 2017, comentado nas Notas Explicativas 3.3 e 8. A Reserva de Avaliação Patrimonial é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados.

13. Receita das atividades

	31.12.2025	31.12.2024
Mensalidades e contribuições de sócios:		
- Manutenção de títulos	11.737	10.784
- Venda de títulos	8.373	7.561
- Taxa por transferências de títulos	749	780
- Garagens – Mensalidades e direito de uso	4.928	5.689
- Aluguéis de dependências	601	588
- Eventos	1.957	1.381
	28.345	26.783
Patrocínios particulares	200	155
Patrocínios governamentais	372	350
	28.917	27.288
Recuperação de crédito INSS (*)	374	-
	29.291	27.288

(*) – Levantamento de crédito decorrente de verificação feita por consultoria especializada, sobre conformidades em algumas verbas nas folhas de pagamentos dos anos de 2020 a 2025.

14. Despesas gerais e administrativas

	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica	642	739
Conservação e manutenção	1.620	979
Material de consumo	1.795	264
Combustíveis	146	102
Alimentação	229	262
Propaganda e publicidade	131	117
Despesas com viagens	147	261
	4.710	2.724
Demais despesas	1.772	753
	6.482	3.477

15. Receitas e Despesas financeiras

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas		
Juros de aplicações financeiras	473	290
Juros ativos	24	51
Descontos obtidos	205	10
	702	351
Despesas		
Descontos concedidos (mensalidades até o vencimento)	(636)	(590)
Despesas bancárias	(25)	(34)
Juros passivos	(21)	(11)
	(682)	(635)
	20	(284)

16. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2025, o Cabanga possui cobertura de seguros contra eventuais prejuízos decorrentes de sinistros, em montante considerado pela Administração para cobrir eventuais perdas, com apólice única (sede e filial) de seguros referentes a incêndio, raio, explosão, vendaval, impacto de veículos, queda de aeronaves, danos elétricos e equipamentos eletrônicos de baixa voltagem (sem roubo), sendo a sede com valor total segurado de R\$ 7.000 e a sub-sede com valor total segurado de R\$ 3.000, totalizando R\$ 10.000. Possui, adicionalmente, apólice de seguros referentes a responsabilidade civil básica e dano moral, morte acidental, invalidez permanente total/parcial por acidente e despesas médico hospitalares, com valor total segurado de R\$ 4.800.
